

a educação anarquista na república velha

eduardo valladares*

“Nossa missão é semear o bem, difundir a luz por meio da instrução livre de todos os preconceitos da rotina, criar corações que odeiem a tirania e que desde a infância maldigam todos os exploradores.”

Kropotkin

Os temas cultura e educação eram, e continuam sendo, de grande importância no projeto de Revolução Social defendido pelos anarquistas. Desde o século XIX, o movimento ácrata internacional vinha se ocupando dessas questões, pensadas fundamentalmente como meios de emancipação. Muitos militantes dedicaram grande parte de suas energias à elaboração de projetos e práticas culturais, dotados de relativa autonomia e caracterizados por uma identidade de classe, por consi-

* Doutor em História Social pela USP, autor de *Anarquismo e anti-clericalismo*, São Paulo, Imaginário-Nu-Sol/Soma, Coleção Escritos Anarquistas, v. 12, 2000. Co-autor de *Revoluções do século XX*, São Paulo, Scipione, 1995.

derá-los possuidores de um valor social indispensável para a construção do mundo novo.

A preocupação singular, e até obsessiva, pela educação deve-se ao fato de que a ação pedagógica era vista como um dos instrumentos fundamentais para a efetivação da ação direta. O analfabetismo generalizado entre os trabalhadores dificultava a divulgação das idéias ácratas nas camadas trabalhadoras. Em muitas ocasiões as vanguardas anarquistas responsabilizavam a pouca instrução escolar pela fraca atuação dos trabalhadores no processo das lutas sociais.¹ Por isso, a ênfase dada à disseminação da instrução como fundamental para a ampliação do movimento operário.

A imprensa libertária brasileira traduzia e publicava artigos de educadores próximos às suas posições ideológicas, noticiava as experiências educacionais de outros países e divulgava as informações que chegavam à redação sobre assuntos culturais. O internacionalismo característico dos libertários, aliado à composição nitidamente de origem imigrante do operariado brasileiro no início da República, fazia com que os jornais, revistas e livros editados no exterior logo fossem divulgados aqui. O fácil acesso à literatura pedagógica permitia que os militantes tivessem sempre um conhecimento atualizado das tendências libertárias no campo da educação.

A escola como dominação ideológica

Camaradas! arranquemos a criança ao padre e ao governo!²

Educar é uma ação distinta de instruir. A instrução é apenas um instrumento, não possuindo valor em si mesma. A instrução não estava desvinculada da luta mais geral. Pelo contrário, “a instrução só se difunde no

seio dos trabalhadores à medida em que estes vão avançando no campo de sua emancipação”.³ Embora o domínio de vários saberes seja importante no processo educativo, contribuindo para a compreensão do funcionamento do mundo, a educação deve ir além disso. O papel da educação é o de criar novos costumes, transformar a consciência humana. Em suma, contribuir para a emancipação humana e a construção de uma sociedade igualitária. As pessoas educadas para a liberdade e igualdade enxergariam o mundo a partir de uma outra ótica, bastante distinta daquela filtrada pela ideologia que justificava a dominação e a exploração. O fato de poder enxergar um outro tipo de sociedade é o primeiro passo para a transformação. Dessa forma, a educação libertária não prepara a revolução, ela em si mesma já é a revolução.

Os libertários conseguiam perceber com clareza que todo projeto educacional é carregado de mensagem política. As escolas atuavam como agentes de reprodução econômica e cultural de uma sociedade cindida, servindo de instrumento de difusão ideológica. A educação tradicional tinha como corolário inevitável a formação de indivíduos padronizados, dóceis, profundamente autoritários e carregados de preconceitos e superstições. Por isso, a escola oficial, fosse laica ou não, era refutada. Ela servia apenas para incutir os valores sociais e morais das classes dominantes.

A simples laicização do ensino também era considerada de pouca utilidade. Em alguns momentos, o Estado e a Igreja eram vistos como “aliados satânicos”, capazes da mais íntima colaboração. Em outras ocasiões, quando as divergências entre o clero e os políticos cresciam, os anarquistas procuravam definir a atuação de ambos como uma competição fraternal, como duas instituições que disputavam o mesmo rebanho de explorados. As di-

vergências entre o Estado e a Igreja não passavam de uma luta pela hegemonia entre os setores dominantes.

As escolas laicas eram acusadas de simplesmente substituírem o ensino religioso pelo político. No lugar da dogmática catequese, as crianças escutariam a cantilena patriótica. A destruição de todas as manifestações autoritárias na sociedade incluía também as religiões institucionais. A Igreja Católica, pela força e ligação íntima que mantinha no sistema de poder, era sistematicamente atacada. Uma das formas de lutar contra o obscurantismo do clero era a criação de escolas libertárias. O jornal anticlerical *A Lanterna*, em 1913, afirmava:

“O mais formidável de todos os obstáculos que se antepõem à nossa propaganda de emancipação social é a instrução clerical, mais ou menos disfarçada, que recebemos na primeira infância. (...) Pois bem, depende de nós evitar desde já que os nossos filhos contraiam o mal; é criarmos nossas escolas, isolando-os do ambiente corrompido.”⁴

A instrução pública generalizou-se na Europa, durante o século XIX, como um importante instrumento de promoção da nacionalidade. A nacionalidade é algo puramente abstrato e artificial, sendo necessária à recriação permanente do pacto que a fundou. Dessa forma, a educação incorporou uma importante função: a de fomentar continuamente os laços de civismo que representam o próprio orgulho da nacionalidade. O objetivo era reunir povos de determinadas regiões sob um governo comum. No contexto da época, tratava-se de incutir nas amplas massas um sentimento cívico que estreitasse os laços políticos presentes na consolidação dos Estados Nacionais. “A educação pública tinha, pois, no momento de sua origem, uma função política específica e importante a cumprir — significava a manuten-

ção e crescimento do próprio Estado — além de, é claro, acalmar os ânimos das massas que reivindicavam melhores condições sociais de vida”.⁵

A escola do Estado, apesar da aparência de ensino científico e do mérito de ensinar a ler e escrever, realizava uma completa sistematização da violência. O objetivo era a formação de cidadãos prontos a obedecer e defender a ordem estabelecida, seres que reproduzem sistematicamente a ideologia que sustenta o regime de dominação.

Os libertários brasileiros não pouparam críticas à política educacional da República Velha. Mas, apesar de denunciarem abertamente o descaso dos poderes públicos em relação à educação, não reivindicavam verbas públicas ou uma maior atuação do Estado no ensino. Fieis às suas convicções, não empunharam a bandeira do ensino público e gratuito. Mesmo as legislações e medidas que as demais correntes socialistas consideravam um avanço eram satirizadas:

“Tem-se dado ligeiramente um grande passo declarando a instrução primário gratuita, obrigatória e laica, fechando ao padre a porta da escola, criando colégios e liceus para meninas e senhoritas... Ninguém ignora porém que se pode ensinar muitos erros e tolices de um modo gratuito, obrigatório e laico”.⁶

Apesar da firme recusa da escola mantida pela esfera pública do Estado e das instituições privadas, quase todas bancadas pela Igreja, não se tratava, em absoluto, da defesa da desescolarização da sociedade. Ao recusar a iniciativa da educação como uma obrigação do Estado ou da Igreja, os libertários pretendiam aproximá-la da sociedade. A posição de Bakunin é bastante esclarecedora sobre esse aspecto:

“Será preciso, pois eliminar da sociedade toda a educação e abolir todas as escolas? Não, de modo algum;

é preciso espargir as mãos cheias a educação nas massas, e transformar todas as igrejas, todos estes templos dedicados à glória de Deus e à submissão dos homens, em outras tantas escolas de emancipação humana. (...) e para que se convertam em escolas de emancipação e não de submissão, terão que eliminar toda essa ficção de Deus, o eterno e absoluto escravizador, e deverão fundamentar toda a educação das crianças e a instrução no desenvolvimento científico da razão, não sobre a fé; sobre o desenvolvimento da dignidade e da independência pessoais, e não da piedade e da obediência; sobre o culto à verdade e à justiça, e antes de tudo sobre o respeito humano, que deve substituir em tudo e por todas partes o culto divino”.⁷

Os revolucionários deveriam ter seu próprio projeto social, o que significava, entre outras coisas, um projeto educacional. O discurso libertário era bastante distinto do de setores das elites intelectuais da época, defensoras da instrução popular como fundamental para garantir o “desenvolvimento harmonioso do país”. A especificidade da pedagogia libertária estava na sua procura em formar indivíduos livres e preocupados com o bem-estar social, capazes de contribuir no caminho da transformação social. O desenvolvimento das capacidades individuais não tinha como objetivo proporcionar a ascensão social individual, nem, muito menos, a harmonia entre as classes sociais. O objetivo último era preparar o homem para viver na futura sociedade ácrata. As crianças e os adultos eram incentivados a serem solidários e se comportarem como irmãos. O estímulo às atitudes fraternais estava em consonância com o princípio da solidariedade, ou ajuda mútua, que norteava a teoria e a prática anarquistas.

A luta pela educação das massas trabalhadoras era vista como um importante elemento na recuperação de

instrumentos de ação social historicamente monopolizados pelas classes dominantes. A educação só poderia estar inserida no bojo de um projeto revolucionário de ruptura social. A proposta de Revolução Social implicava negação das instituições criadas pela burguesia e seus aliados. A invenção de uma sociedade de homens livres não podia estar alicerçada nas fundações do mundo que se pretendia destruir.

A explicação dos objetivos básicos da necessidade de fundar escolas libertárias pode ser encontrada neste artigo do jornal *O Amigo do Povo*, de 26 de novembro de 1904:

“Trabalhadores! Alquebrados pelo exaustivo trabalho da oficina, do campo ou da rua: privados de recursos, míseros, famintos no meio da opulência; mistificados pelo padre, iludidos pelos velhacos, perseguidos, encarcerados, vitimados pelos malsins a soldo do Capital, deveis necessariamente velar com cuidado pelo desenvolvimento intelectual de vossos filhos, a fim de impedir a todo custo que neles se inocule o veneno da resignação aos sistemáticos vexames, às costumadas infâmias (...)

Trabalhadores, despertai! Nas escolas subsidiadas, ortodoxas, oficiais, esgota-se a potencialidade mental e sentimental dos vossos pequeninos com a masturbação vergonhosa e constante de mentirosa solidariedade no trabalho, na expansão e nas calamidades pátrias. Depois, quando adultos, guiados pelos nefastos ensinamentos burgueses, serão colhidos em todas as insídias, irão lacerar as carnes em todos os espinhos da luta brutal pelo pão: escarnecidos e vilipendiados pelos próprios pastores da desgraça que — com seu método interessado de inibição mental — vo-los tornarão toupeiras impotentes (...)

Animai os promotores ou regentes de escolas racionalistas, das quais sejam rigorosamente banidas as superfluidades e traições do ensino ortodoxo.”⁸

As duas primeiras décadas do século XX foram ricas em experiências educacionais libertárias. O projeto anarquista era bastante ambicioso. O objetivo era a criação de um completo sistema de ensino paralelo e em clara oposição ao sistema oficial e privado. O plano incluía a criação de escolas para crianças e adolescentes, o ensino elementar para adultos e até mesmo a fundação de universidades.

A educação seria feita por meio de uma série de iniciativas. A escola, apesar de sua importância, era vista apenas como uma das formas possíveis do processo educativo. Além da criação de instituições escolares, desenvolveram intensa atividade cultural nos sindicatos e em outras associações por eles criadas. Grupos de militantes formaram bibliotecas, editaram livros e jornais, organizaram grupos de teatro e música, realizaram excursões de propaganda, incentivaram a criação de “Centros de Estudos Sociais”. Os Centros foram bastante numerosos e espalharam-se por vários pontos do país. Nas cidades mais populosas, como Rio de Janeiro e São Paulo, surgiram em diversos bairros. Destinavam-se principalmente à educação de adultos, empregando o método do “ensino mútuo”. Entre as atividades mantidas, destacavam-se: a organização de cursos regulares, conferências e representações teatrais, salas de leitura e manutenção de bibliotecas.

A montagem de um Centro de Estudos Sociais era relativamente simples e não envolvia nenhuma burocracia. Para a sua organização bastava um pequeno número de militantes e simpatizantes dispostos a encontrarem um local de funcionamento, alguns móveis, organizarem uma biblioteca e uma lista de subscrição.

A declaração de princípios do “Centro de Estudos Sociais Jovens Libertários”, instalado no bairro da Barra Funda em São Paulo, deixava claros os objetivos dessas organizações:

“Este Centro de Estudos Sociais propõe-se à divulgação das teorias libertárias na massa operária, incitando à reivindicação dos seus direitos conculcados e da sua dignidade ofendida pelos parasitas do capitalismo. A ação direta, sem intermediários, nem capitães, sem a intervenção dos mercantes da política (verdadeiros adormentadores de consciências e mistificadores do povo) eis a nossa tática. A nossa ardente sede de combate pela conquista do Direito universal, do bem-estar e da liberdade para todos, num mundo governado pela liberdade, fortificado pela verdade e coroado pela igualdade, nos fará procurar todos os meios capazes de apressar a realização do nosso ideal e antes quebrar do que torcer perante os obstáculos opostos pela animosidade dos governos. Camaradas! dediquemo-nos com ardor ao estudo do problema social, deixemos de embrutecer a inteligência com o álcool, boicotemos os bailes públicos, verdadeiros focos de corrupção – e teremos contribuído para dissipar as densas trevas da ignorância, teremos feito alguma coisa de prático.”⁹

Deve-se salientar também o esforço empreendido na fundação da “Universidade Popular de Ensino Livre”, em março de 1904, no Rio de Janeiro. A Universidade, que foi uma das mais arrojadas iniciativas dos anarquistas, tinha por objetivo ministrar um ensino superior e funcionar como centro de lazer e cultura para o proletariado. Contudo, teve curta duração, em outubro a imprensa libertária anunciava o seu fechamento.

A preocupação com a criação de associações de caráter educativo era apresentada como alternativa aos locais considerados como templos da perdição: as tabernas e as igrejas.

“(...) um pequeno ponto de apoio poderia ser a criação de um Centro de Estudos Sociais, onde o operário trocará seus hábitos de tavernas, igreja e jogos de todas as classes, trindade estúpida que o embrutece e o desmoraliza, pelo estudo constante da Sociologia.”¹⁰

Na base da sociedade ácrata, encontra-se o princípio do acordo livre. A capacidade de “agir por si mesmos”, sem qualquer determinação e tutela de chefes era um dos principais elementos na formação da consciência anárquica. A aplicação do princípio da autogestão¹¹ das organizações escolares só podia ser um dos aspectos centrais do projeto pedagógico anti-autoritário. A tarefa de educar, com todas as responsabilidades que isso significava, era algo que deveria ser assumido pela própria comunidade. Os conteúdos, a carga horária, a metodologia, as taxas, os pagamentos dos professores, enfim, tudo que se referia à escola deveria ser resolvido por aqueles que estavam envolvidos no projeto escolar. Outro aspecto importante da autogestão pedagógica é que, ao mesmo tempo em que se realiza o ensino formal propriamente dito, também se faz o aprendizado sócio-político da construção coletiva da liberdade.

A dependência dos cofres públicos era considerada uma heresia. Por outro lado, as mensalidades cobradas não eram suficientes para cobrir as despesas. As taxas não podiam ser muito altas, já que isso dificultaria o acesso dos filhos do trabalhador. A necessidade de envolver os alunos, os pais e a comunidade em geral na manutenção financeira das instituições escolares era a única maneira de garantir a autonomia do projeto pedagógico libertário. Os meios para angariar fundos eram aqueles tradicionalmente usados pelo movimento para manter as suas associações: festas, quermesses, conferências, listas de subscrição, venda de livros, etc.

“Em 1914, as mensalidades na Escola Moderna n° 1 eram de 3\$, 4\$, 5\$, de acordo com o grau de adiantamento do aluno (O Início, n° 1, 5/set/1914). Em 1915, os preços continuavam os mesmos. A Escola Moderna n.° 2 cobrava 3\$ para o 1° ano primário e 4\$ para os demais. Os preços das aulas noturnas eram estipulados em comum acordo entre o professor (Adelino de Pinho) e os alunos. Na Escola Nova, de Florentino de Carvalho, as mensalidades do curso diurno eram de 3\$ para o 1° ano, 4\$ para os demais e, do noturno: 4\$ para menores e 5\$ para adultos.”¹²

Os anarquistas não superestimavam o papel da escola. Ela era apenas uma das organizações sociais capazes de conduzir à sociedade igualitária. O mundo do futuro tinha na escola de pedagogia libertária um ponto de apoio, mas não começava nem terminava nela.

A luta pela causa da educação antidogmática tornou-se uma das bandeiras de luta dos anarquistas. Porém, apesar da afirmação da neutralidade política das escolas mantidas pelos anarquistas, a prática pedagógica estava impregnada de objetivos políticos. Os alunos eram sensibilizados com os problemas dos oprimidos e incentivados aos trabalhos de propaganda. A educação tinha a importante função de combate à alienação, devendo contribuir para o desmascaramento da ideologia de dominação.

Os anarco-sindicalistas valorizavam, e muito, a questão educacional. No jornal *A Voz do Trabalhador* — órgão da Confederação Operária Brasileira — com grande frequência apareciam artigos sobre a questão educacional e cultural. A educação oficial e confessional era vista como uma ferramenta para a formação do trabalhador disciplinado. A escola tradicional era acusada de ser reprodutora dos preconceitos patrióticos, das convenções sociais, das superstições e dos dogmas religio-

so. O ensino ministrado nessas escolas era pernicioso, deturpado e irracional.

A importância da questão pode ser também percebida pelas resoluções e decisões dos Congressos Operários promovidos pelos anarco-sindicalistas.

No Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906, a preocupação com a questão escolar foi um dos pontos que chamou a atenção dos delegados. Além de denunciar as instituições educacionais burguesas, conclamava os operários a criar escolas da classe, vinculadas a sindicatos e federações.

“Tema 7:

Conveniência de que cada associação operária sustente uma escola laica para os sócios e seus filhos, e quais os meios de que deve lançar mão para esse fim?

Considerando que o ensino oficial tem por fim incutir nos educandos idéias e sentimentos tendentes a fortalecer as instituições burguesas e, por conseguinte, contrárias às aspirações de emancipação operária, e que ninguém mais que os próprios operários interessam-se em formar livremente a consciência de seus filhos;

O ‘Primeiro Congresso Operário Brasileiro’, aconselha aos sindicatos operários a fundação de escolas apropriadas à educação que os mesmos devem receber, sempre que tal seja possível; quando os sindicatos não puderem sustentar escolas, deve a Federação local assumir o encargo.”¹³

O II Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1913, também adotou posições claramente contra o ensino fornecido pelas escolas mantidas pelo Estado e pela Igreja, aprofundando a questão em alguns pontos. O próprio título adotado — Educação e instrução das classes operárias — já demonstra o interesse em ampliar o debate, tratando o

assunto a partir de duas categorias distintas mas interligadas. Os delegados presentes reafirmaram a necessidade dos sindicatos em assumirem a educação dos adultos e das crianças. A utilização do “método racional e científico das escolas racionalistas” foi explicitamente aconselhado. Porém, apesar da resolução aprovada, defender a adoção dos princípios de Ferrer descartava um dos pontos mais importantes na concepção pedagógica do pensador espanhol: a co-educação de classes. A preocupação era basicamente com a educação e instrução das classes operárias.

O aditivo aprovado, de autoria de José Romero e Astrogildo Pereira, demonstra um certo cuidado em incluir pressupostos de outros educadores anarquistas. A preocupação com uma educação complementar técnica e artística, que vinculasse a atividade manual ao trabalho intelectual, está mais próxima do pensamento pedagógico de Paul Robin.

“Décimo Primeiro Tema:

Educação e instrução das classes operárias

Moção Aprovada

Considerando que a instrução foi até época recente evitada pelas castas aristocráticas e pelas igrejas de todas as seitas, para manterem o povo na mais absoluta ignorância, próxima à bestialidade, para melhor explorarem-no e governarem-no;

Considerando que a burguesia, inspirada no misticismo, nas doutrinas positivistas e nas teorias materialistas, sabiamente invertidas pelos cientistas burgueses, os quais metamorfoseiam a ciência, segundo os convencionalismos da sociedade atual, e monopolizam a instrução, e tratando de ilustrar o operariado sobre artificiosas concepções que enlouquecem os cérebros dos que freqüentam as suas escolas, desequei-

librando-os com os deletérios sofismas que constituem o civismo ou a religião do Estado;

Considerando que esta instrução é ministrada juntamente com a educação prática de modalidades que estão em harmonia com a instrução aplicada;

Considerando que esta instrução e educação causam males incalculavelmente maiores do que a mais suína ignorância e que consolidam com mais firmeza todas as escravizações, impossibilitando a emancipação sentimental, intelectual, econômica e social do proletariado e da humanidade;

Considerando que este ensino baseia-se no sofisma e afirma-se no misticismo e na resignação; este Congresso aconselha aos sindicatos e às classes trabalhadoras em geral, tomando como princípio o método racional e científico, promova a criação e vulgarização de escolas racionalistas, ateneus, revistas, jornais, promovendo conferências e preleções, organizando certames e excursões de propaganda instrutiva, editando livros, folhetos, etc, etc. João Crispim e Rafael Serrano Muñoz, da Federação Operária de Santos. Antonio Venosa, do Sindicato dos Pedreiros e Serventes, de Santos. Artur Conde, do Sindicato dos Canteiros, de Ribeirão Pires. Pedro Vila, do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos. do Rio.”

Essa moção foi aprovada com o seguinte aditivo:

“Propomos que, além de escolas racionalistas, seja aconselhada a criação de cursos profissionais de educação técnica e artística. Jozé Romero, do Sindicato Operário de Ofícios Vários. de S. Paulo. Astrojildo Pereira, de O Trabalho, de Bajé.”¹⁴

O sistema educacional criado e mantido pelos anarcosindicalistas sofreu patrulhamento constante, tanto pela Igreja quanto pelo Estado, aliados contra o inimigo comum.

As experiências educacionais foram atingidas pela repressão policial, incentivada pelo clero. A escola era denunciada como instrumento de dominação ideológica e de disciplina da criança, transformando os educandos em seres passivos. Os pequenos eram desde as primeiras letras amalgamados para crer, obedecer e pensar de acordo com os ditames dos dominadores.¹⁵

Os conteúdos eram também denunciados como moralistas e descompromissados com a realidade dos trabalhadores. Nas escolas anarquistas existia a preocupação em manter viva a memória das datas significativas para a história dos oprimidos. Os libertários procuravam construir sua própria concepção de passado através de palestras, recitais de poesia, redações publicadas nos jornais da própria escola, da ação de grupos teatrais libertários, corais e grupos musicais. As datas mais festejadas ou lembradas foram: o 1º de maio (Dia do Trabalhador), o 18 de março (Comuna de Paris), o 13 de maio (Libertação dos Escravos1), o 14 de julho (Tomada da Bastilha), o 13 de outubro (Fuzilamento de Ferrer).¹⁶

Francesc Ferrer

As idéias do catalão Francesc Ferrer i Guàrdia (1859-1909) ocuparam um espaço destacado na imprensa libertária internacional, com praticamente todos os jornais fazendo referências às suas obras e incentivando a criação de Escolas Racionalistas.

Para Ferrer, as salas de aula, além de terem ambos os sexos convivendo e aprendendo juntos, deveriam abrigar crianças de classes sociais diferentes. O ódio de classes, a revolta ou adesão não deveriam ser incutidos nos cérebros dos pequenos, pois são sentimentos adultos que exigem um determinado conhecimento social, inacessível para eles. A educação de crianças burguesas e

proletárias deveria ser feita conjuntamente e tendo como base um ensino racional. Dessa forma, elas seriam capazes de descobrir juntas as injustiças sociais e desenvolveriam o sentimento de solidariedade entre elas. Ao se tornarem adultas, ricos e pobres, teriam clareza das desigualdades e se rebelariam contra elas.

Os grupos ácratas que se apropriaram da obra pedagógica de Ferrer descartavam ou davam muito pouco destaque aos aspectos considerados ranços liberais do pensador catalão. As prioridades eram a divulgação dos princípios mais combativos em favor da luta pela emancipação do proletariado e os pronunciamentos que atacassem abertamente o papel reacionário da Igreja e do Estado.

Ferrer fundou, em outubro de 1901, a primeira Escola Moderna em Barcelona. O clero reagiu com indignação, com o bispo de Barcelona chegando a afirmar que preferia ver os filhos de seus fiéis num bordel do que numa Escola Moderna. As aulas tiveram início com 30 alunos, 12 meninas e 18 meninos. “No ano de 1905, a Escola Moderna tinha 147 sucursais, na província de Barcelona, três anos depois, 1 mil alunos em 10 escolas de Barcelona e Capital. Criaram-se escolas na Espanha (Madri, Sevilha, Málaga, Granada, Cadiz, Córdoba, Palma, Valência), Portugal, Brasil, Lausanne e Amesterdam.”¹⁷

Em 31 de maio de 1906, em Madri, uma bomba foi atirada contra o carro do rei espanhol Afonso XIII. O autor do atentado, Mateo Morale, era um ex-funcionário da Escola Moderna de Barcelona. Ferrer foi preso, acusado de envolvimento, e a escola teve de cerrar suas portas. A imprensa conservadora, principalmente a clerical, moveu intensa campanha contra o pedagogo, exigindo a pena de morte. Devido à falta de provas, um tribunal civil o absolveu e, em junho de 1907, foi libertado. Porém, não lhe permitiram reabrir a escola pioneira.

Livre das acusações, colocou-se à testa de movimento internacional de grande envergadura e repercussão que procurou romper com os moldes conservadores que imperavam no processo ensino-aprendizagem. Em Bruxelas, em abril de 1908, passou a publicar a revista *L'École Renouée*, considerada “extensão internacional da Escola Moderna de Barcelona”. Por sua iniciativa foi criada, no mesmo ano, a Liga Internacional para Educação Racional da Infância, com sede em Paris. A Liga recebeu o apoio de grandes personalidades: Máximo Gorki, Anatole France, Bernard Shaw, o líder socialista Aristide Briand, o biólogo Ramón y Cajal (Prêmio Nobel), o historiador do sindicalismo espanhol Anselmo Lorenzo e outros. Além de possuir um órgão próprio na França, *L'École Renouée*, e na Itália, Scuola Laica, possuía também seções na Suíça, Bélgica, Alemanha, Inglaterra, Holanda e Portugal.

No entanto, as forças conservadoras não desistiram e continuaram acusando Ferrer de ser instigador de vários complôs, além de ensinar e recomendar em suas escolas o uso de bombas de dinamite.¹⁸

Após encontrar-se com Kropotkin em Londres, retornou, no início de 1909, com sua família para a Espanha, fixando residência em Alella. Porém, não teria muito tempo para desfrutar o retorno ao seu local de nascimento. A Catalunha logo levantou-se numa sangrenta e radical rebelião. Acusado de liderar os acontecimentos revolucionários da “Semana Trágica de Barcelona”, foi julgado por um Conselho de Guerra e condenado à morte. No dia 13 de outubro de 1909 foi fuzilado.

Após a sua morte, o criador da Escola Moderna tornou-se um grande “mártir do pensamento livre”, em particular do movimento anarquista internacional. O ato brutal do governo espanhol incentivou ainda mais a discussão de suas concepções pedagógicas. Manifestações

e homenagens à sua memória foram constantes nos jornais anticlericais e anarquistas.

As escolas modernas no Brasil

Nas escolas criadas pelos anarquistas brasileiros nas primeiras décadas do século XX, encontra-se de maneira marcante a influência da obra de Ferrer. As propostas da Escola Moderna entravam em choque frontal com a Igreja, detentora de um grande aparato educativo.

O Ensino Racional era baseado exclusivamente nas ciências positivas, as únicas capazes de apontar em direção à liberdade e ao desenvolvimento. O ideário pedagógico tinha como principais eixos a valorização da Ciência, da Liberdade e da Solidariedade. O ensino religioso, assim como qualquer tentativa de imposição dogmática ou explicação metafísica, seria rechaçado. A crença e a educação religiosas encaminhariam o homem em direção à escravidão e levariam à estagnação da sociedade. O objetivo era a formação de pessoas instruídas, justas e livres de todo preconceito.

Numa conferência realizada em 1910, Maurício de Medeiros apontou o combate aos preconceitos religiosos como um dos elementos da superioridade do Ensino Racionalista.

“Ele combate o preconceito religioso, o obscurantismo aviltante da alma humana, preso às criações fantasistas sobrenaturais. Que importa ao homem a moral religiosa se ela não o inibe de cometer atos degradantes à natureza humana? Na moral religiosa é bom quem crê, e mau quem não crê; no entanto aí estão os fatos a provarem a insanidade dessa afirmação.”¹⁹

Ou como afirmava o Boletim da Escola Moderna, de maio de 1919:

“Banir dogmas é um dever que se impõe. A escola não é um templo religioso nem um centro político. É um cadinho onde são purificados os espíritos para se tornarem livres e independentes e não sectários de mentiras e embustes. O seu fim é esse: a perfeição do indivíduo.”²⁰

O desenvolvimento da aptidão individual era o centro do processo educativo. O respeito às iniciativas da criança eram o pré-requisito fundamental no processo de aquisição do conhecimento. A individualidade de cada uma delas deveria sempre imperar. A cooperação deveria sobrepujar sempre as tendências de competição, a solidariedade substituir o egoísmo. O processo educacional tradicional, que busca moldar todas elas de acordo com os dogmas religiosos e seculares, era visto como prejudicial e radicalmente refutado.

A valorização da criança e o respeito às suas iniciativas teve como consequência a necessidade de repensar o papel do professor na sala de aula. A diminuição da autoridade do professor implicava na valorização do educando. O papel do educador era de auxiliar seus alunos para que eles pudessem realizar as suas aptidões naturais.

“O mestre deixa de ser na Escola Moderna a autoridade ríspida, que ordena, para ser o companheiro carinhoso que guia. Os ensinamentos são vindos ao acaso dos fatos, guiados por estes.

Ao mestre cabe, então, habilmente ir preparando as oportunidades de tais ensinamentos. A criança por si, deduz do fato as conclusões que lhe parecerem justas, se a tanto chega a sua inteligência, ou, em caso contrá-

rio, limita-se a registrá-las. Nunca, porém, intervirá o juízo formado pelo professor desviando o julgamento da criança, antes que este se faça.

Assim se evitarão os preconceitos.”²¹

O tom anticlerical e cientificista presente na proposta pedagógica das Escolas Racionalistas também atraía pessoas não necessariamente ligadas às correntes anarquistas. Por comungarem com alguns destes pontos de vista, pequenos comerciantes, intelectuais das classes médias, jornalistas da imprensa operária, etc., também incentivaram e colaboraram na manutenção das escolas.

As Escolas Modernas, assim como as demais organizações libertárias, enfrentaram oposição cerrada da Igreja e do governo.²² A imprensa católica desencadeou uma verdadeira guerra contra tais estabelecimentos. Os ataques foram constantes durante todo o período em que as escolas existiram. No folheto “Ferrer X Mártir ou Patife”, de Frei Pedro Sinzig, relata-se a presença desse religioso numa reunião anarquista realizada em Petrópolis, quando foram feitas denúncias contra o pensador espanhol que os promotores do encontro, segundo o autor, não foram capazes de responder. No final do opúsculo, o Frei Pedro vangloriava-se de ter impedido a criação de mais uma Escola Moderna:

“(…) Sabem o que quer dizer escola moderna? Releiam a transcrição na página 6 da circular de Ferrer, que aí bem explica o que pretende ensinar à infância.

Para não assustar a gente escreve Ferrer, em 1901, a um seu amigo para evitar a intervenção do governo, chamo minhas escolas de modernas em vez de anarquistas. Minha propaganda tem por fim, confesso francamente, educar nestas escolas anarquistas convencidos. Meu desejo é preparar a revolução. Por enquanto

temos de contentar-nos em plantar nos cérebros da mocidade a idéia de transformação violenta. Ela deverá aprender, que contra a polícia e a tortura há um só meio: a bomba ou o veneno.’

E esta escola moderna, já funcionando no Rio, em São Paulo, e em Minas, devia ser fundada, a 12 de outubro de 1913, também em Petrópolis! Graças a Deus que por enquanto isso não foi feito.”²³

A imprensa libertária e anticlerical revidava os ataques, acusando os conservadores de detratadores e mentirosos. O clero era denunciado como responsável pela difusão de valores que serviam apenas ao interesse dos dominadores. Na defesa dos seus privilégios, os padres negam a ciência e a “verdadeira cultura”. No primeiro número do Boletim da Escola Moderna, publicado em 13 de outubro de 1918, havia um texto de Ferrer escrito em 1907:

“(...) Primeiro que tudo desejamos advertir o público que, sendo a razão e a ciência antídoto de todo o dogma, na nossa escola não se ensinará religião alguma. Sabíamos que esta declaração provocaria o ódio da casta sacerdotal.”²⁴

O recrudescimento nas manifestações operárias, no final da década de 1910, fez com que os setores conservadores ampliassem sua oposição às organizações operárias e, em especial às lideranças libertárias. As greves e outras manifestações foram duramente combatidas. As autoridades procuravam um pretexto para justificar o endurecimento policial.

A explosão de uma bomba, em outubro de 1919, no bairro do Brás em São Paulo, causou a morte de quatro militantes anarquistas. O jornal libertário *A Plebe* apresentou a tese de que poderia tratar-se de uma provocação policial. Por sua vez, a imprensa paulista conserva-

dora não perdeu a oportunidade: denunciou a existência de uma trama revolucionária e exigiu providências. As autoridades policiais, alertadas, iniciaram uma grande campanha de perseguições, prisões e deportações.²⁵

A repressão acabou atingindo as escolas mantidas pelos libertários. A Secretaria de Justiça, em 1920, através de um ofício assinado por Oscar Thompson, fechou as duas Escolas Modernas de São Paulo. O motivo apresentado foi que as referidas escolas, “visando a propagação das idéias anárquicas e a implantação do regime comunista, ferem de modo iniludível a organização política e social do país, além de não cumprirem as exigências legais de funcionamento.”²⁶

As Escolas Modernas funcionaram por um período relativamente curto no Brasil. Porém, devido ao radicalismo e ousadia de suas propostas, merecem ser lembradas. Mesmo depois de todos esses anos, algumas de suas preocupações pedagógicas continuam extremamente atuais.

Notas

¹ “Mas se deixados única e exclusivamente a sua experiência, sem a luz esclarecedora da doutrina, sem as explicações da ciência sobre as leis sociais e da natureza, os indivíduos poderão acomodar-se ou enveredar por caminhos reformistas, uma vez que estão profundamente envolvidos por formas burguesas e católicas de pensar, habituados às explicações metafísicas da vida e das sociedades e às disciplinas impostas pelas organizações sociais autoritárias.” Yara Aun Khoury. “A Poesia Anarquista” in *Sociedade & Cultura (Revista Brasileira de História)*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 8, n. 15, setembro de 1987/fevereiro de 1988, p. 216.

² *O Amigo do Povo*, São Paulo, 7 de junho de 1902.

³ *A Voz do Trabalhador*, n. 68, 5 de março de 1915.

⁴ *A Lanterna*, n. 214, 25 de outubro de 1913.

⁵ Silvio Gallo. *Educação Anarquista: um paradigma para hoje*. Piracicaba, Editora UNIMEP, 1995. pp. 124/125.

A educação anarquista na república velha

⁶“Que Deve Ser a Educação” in *Na Barricada*. Rio de Janeiro, suplemento, 01/05/1913.

⁷Miguel Bakunin. *Dios y el Estado*. Madrid, Jucar, 1976, pp. 74-75.

⁸*O Amigo do Povo*. 26 de novembro de 1904.

⁹*O Amigo do Povo*. São Paulo, 30 de janeiro de 1904.

¹⁰*O Despertar*. Rio de Janeiro, n. 3, 03 de dezembro de 1898.

¹¹“Autogestão: É o controle direto dos meios de produção pelos produtores auto-organizados em comitês de fábrica, comitês de interfábricas, federação ou confederação de comitês. Significa a integração do econômico com o político, através do controle operário da produção e da democracia direta, substituindo, assim, o tecnocrata administrador e o político profissional da democracia representativa.” Maurício Tragtenberg. *Reflexões sobre o Socialismo*. São Paulo, Moderna, 1986, p. 91.

¹²*O Início*, n. 2, 4 de setembro de 1915 apud: JOMINI, Regina Célia Mazoni. ‘Educação Anarquista na República Velha: algumas idéias e iniciativas pedagógicas.’ Campinas. *Pro-Posições*, n.º. 3. *Revista da Faculdade de Educação/ UNICAMP*, dezembro de 1990, p. 47.

¹³Edgar Rodrigues. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro, Edições Mundo Livre, 1979, p. 109.

¹⁴*A Voz do Trabalhador*, 1 de outubro de 1913, p. 4.

¹⁵“Os Estados modernos, compreendendo perfeitamente que com a decadência da religião e com o desenvolvimento industrial era impossível manter na ignorância suína, dos tempos idos, as multidões, (...) trataram de ir abrindo escolas e de preparar programas adequados não às necessidades reais da mente infantil, mas necessários à conservação perpétua e indefinida dos governos, com os regimes de castas, explorando o povo, e defendido por soldados, filhos do povo, mas obliterado as suas idéias pela influência nefasta da escola.” Adelino Pinho. “A escola, prelúdio da caserna”. *A Vida*, Rio de Janeiro, n. 5, 3 de março de 1915 apud: Regina Célia Mazoni Jomini, op. cit., p. 48.

¹⁶“A cada 13 de outubro havia sempre homenagem ao ferroviário Francisco Ferrer, em comemoração à data do seu fuzilamento, com apresentação de peças teatrais.” Eduardo Maffei. ‘Gigi Damiani e Outros.’ in *Temas de Ciências Sociais. Volume 5* (Marco Aurélio Garcia e outros - organizadores). São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 114.

¹⁷Edgar Rodrigues. *O Anarquismo na Escola, no Teatro, na Poesia*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1992, p. 15.

¹⁸“Em todas as suas 121 escolas modernas ensinava e recomendava o uso de bombas de dinamite”. Frei Pedro Sinzig O. F. M. Folheto: “*Ferrer - Mártir ou Patife - quatro horas entre os anarquistas*.” Arquivo E. Leuenroth/Campinas, p. 7.

¹⁹ *O Ensino Racionalista* - Conferência realizada em maio de 1910 pelo Dr. Maurício de Medeiros e publicada por sugestão da Associação Escola Moderna. Rio de Janeiro, 1910, Arquivo E. Leuenroth/Campinas, p. 22.

²⁰ *A Instrução Racional*. Boletim da Escola Moderna, n. 4, 1 de maio de 1919. Arquivo E. Leuenroth/ Campinas.

²¹ *O Ensino Racionalista* - Conferência realizada em maio de 1910 pelo Dr. Maurício de Medeiros e mandada publicar pela Associação Escola Moderna. Rio de Janeiro, 1910. Arquivo E. Leuenroth/Campinas, p. 20.

²² “A educação criada e mantida pelos anarco-sindicalistas sofria patrulhamento constante, tanto pela Igreja quanto pelo Estado, aliados contra o inimigo comum.”

²³ Frei Pedro Sinzig O. F. M., *op. cit.*, p. 13.

²⁴ *Boletim da Escola Moderna*. São Paulo, Escola Moderna N. 1, n. 01, ano I, 13/10/1918.

²⁵ “Em outubro de 1919 ele se achava metido numa conjura para tentar uma insurreição popular (quanto sonho!) em São Paulo. Eis quando o depósito de bombas que se estava organizando na Rua João Boemer foi, acidentalmente, pelos ares. Daí resultou o empastelamento de A Plebe e a prisão dos líderes anarquistas e, entre eles, Gigi. (Damiani) , que foi deportado. Eduardo Maffei. *op. cit.*, p. 111.

²⁶ Edgar Rodrigues. *Ahorada Operária*. Rio de Janeiro, Edições Mundo Livre, 1979, p. 317.

RESUMO

Durante a República Velha (1889-1930), os libertários brasileiros promoveram várias experiências educacionais, muitas delas inovadoras. O discurso que valorizava a educação como forma de emancipação não estava, em nenhum momento, desvinculado de uma prática revolucionária. Os anarquistas brasileiros mantiveram contato freqüente com os seus colegas ácratas da Europa. Os livros e as práticas dos mais fecundos pensadores da pedagogia libertária, destacando-se o educador catalão Ferrer, eram acompanhados e adaptados pelos militantes daqui.

Palavras-chave: República Velha (1889-1930), anarquistas brasileiros, educação.

ABSTRACT

During the Old Republic - República Velha 1889-1930 - Brazilian libertarians promoted several pedagogic experiences, many of them quite innovative. The theories that valued education as a tool to emancipation were never disconnected of a revolutionary practice. The Brazilian anarchists maintained frequent contact with their European comrades. The books and practices of the most fertile thinkers of the libertarian pedagogy, standing out among them the Catalan educator Ferrer, were accompanied and adapted by militants here.

Keywords: Old Republic (1889-1930), brazilian anarchists, education.

Recebido para publicação em 2 de fevereiro de 2004.